

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Nazaret Teles Silva

**ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO E SUAS INTERFACES NO CONTEXTO
ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE EM 2014**

Belo Horizonte

2015

**ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO E SUAS INTERFACES NO CONTEXTO
ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE EM 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Diversidade, Educação Etnia e Gênero, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): Ana Amélia de Paula Laborne

Belo Horizonte

2015

Maria Nazaret Teles Silva

**ALIMENTAÇÃO, EDUCAÇÃO E SUAS INTERFACES NO CONTEXTO
ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE EM 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Diversidade, Educação Relações Étnico - raciais e de Gênero, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): Ana Amélia de Paula Laborne

Aprovado em 9 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Ana Amélia de Paula Laborne – Faculdade de Educação da UFMG

Ronan Silva Rodrigues – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente”.

Paulo Freire.

RESUMO:

A cultura alimentar se funde com a evolução humana. A maneira e como nos apropriamos dos alimentos interferem e modificam os modos de ser e de agir. Mitos, crenças e tabus também fazem parte dessa cultura e se fazem presentes em grupos humanos. Acreditamos que conhecer a história da alimentação em seu contexto histórico-cultural dialogar sobre os mitos e tabus que permeiam a diversidade alimentar de alguma forma define a aceitação e a recusa de determinados gêneros alimentícios o que interfere no hábito e no aprendizado alimentar. Propomos uma nova maneira de correlacionar saberes que consideramos indissociáveis e a interação entre as diversidades culturais e alimentar com o objetivo de ampliação do repertório do educando no que diz respeito à cultura alimentar, o que nos leva a crer na redução do preconceito e o ressignificado dos saberes das culturas consideradas subalternas. Esta compreensão pode se dar a partir de uma reflexão sobre a origem dos alimentos e sobre a diversidade alimentar possibilitando compreender a aceitação ou recusa de se apropriar de determinados gêneros alimentícios disponíveis para o consumo. Na escola concentra-se aspectos e modos de como nos relacionamos com a cultura alimentar, pois possui um laboratório permanente de produções de conhecimentos e de vivências do homem como sujeito histórico e sua evolução no tocante à cultura alimentar constituindo a interlocução de experiências, e aprendizado que ocorrem ao longo da vida.

PALAVRAS CHAVES: Alimentação Escolar, Unidade de Alimentação e Nutrição, Educação, Vivências, Cultura Alimentar.

SUMÁRIO

CAPITULO 1- INTRODUÇÃO.....	08
CAPITULO 2- EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	12
2.1- Educação brasileira.....	13
2.2- Alimentação Escolar.....	19
2.3- Aspectos Históricos e Antropológicos da Alimentação.....	21
2.4. Alimentação e Saúde.....	23
2.5- Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	26
2.6- Alimentação e a Valorização dos profissionais da educação básica.....	29
2.7- a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras.....	31
CAPÍTULO 03- ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1- Cronogramas de ações.....	35
CAPÍTULO 04- ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: EXPERIÊNCIA DE BELO HORIZONTE.....	39
CAPÍTULO 05- ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	44
5.1- Grau de escolaridade e tempo de acompanhamento/ monitoramento.....	45
5.2- Tabulações de dados do questionário sobre Alimentação Escolar.....	46
5.3- Religiosidades, regionalismo, educação básica pública e alimentação escolar.....	49
5.4- Avaliação.....	50

CAPÍTULO 06- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
ANEXOS.....	58
Anexo 01- Questinário.....	58
Anexo 02- Lei 10.639 de 2003.....	62
Anexo 03- Lei 11.645 de 2008.....	63

CAPITULO 1- INTRODUÇÃO

Ainda somos uma sociedade com grande contingente de pessoas que desconhecem e poucos utilizam a democracia para legitimar a cidadania e construir uma sociedade de equidade. E quando pensamos no direito à educação, somente com a participação e a legitimação de toda comunidade escolar como produtora de conhecimentos será possível construir uma educação de qualidade e com igualdade dos direitos.

Minha relação com o tema da alimentação vem de muito cedo. O domínio da técnica de cozinhar era uma das atribuições que as meninas na minha família tínhamos que dominar. Acreditava-se que dessa forma este labor e o conhecimento adquirido nesta prática se transformariam em uma fonte de sobrevivência e trabalho com dignidade para as mulheres.

Nas últimas décadas vivencio e participo de ações nas áreas de educação e alimentação e, saúde, para a assistência à criança e ao adolescente. As políticas públicas têm demonstrado grande interesse pelas especificidades e pelas necessidades primárias deste público na tentativa de dar respostas aos anseios e saberes populares.

Iniciei carreira na rede pública de educação como auxiliar de escola. Atuei em várias frentes: cozinheira, serviços gerais, coordenação dos serviços gerais, controle de estoques da alimentação escolar, na Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e

Nutricional (SMASAN) como supervisora de alimentação escolar da rede pública municipal e conveniadas de Belo Horizonte. Todas essas atividades foram desenvolvidas no espaço escolar com o objetivo de propiciar um ambiente organizado, salubre, pronto para receber a comunidade escolar.

A cozinha escolar é um espaço que aguça os sentidos e provoca sentimentos de segurança. É dali que em tempo certo sairá o alimento que vai nutrir, mas que também educa.

Atuar como supervisora de alimentação escolar cuja função é levar orientação para a aplicabilidade do programa Alimentação escolar nas unidades educacionais, o uso da *per capita*, a estocagem correta, o uso do cardápio, os bons hábitos de higiene do manipulador dos alimentos e do ambiente são atribuições para a execução das normas para a segurança alimentar.

Este trabalho é realizado conjuntamente com a equipe da linha de produção e os gestores das escolas e rede conveniada. A supervisão foi fundamental, pois oportunizou-me o encontro do ensinar e do aprender.

A Pedagogia ampliou meus conhecimentos prévios e habilidades sobre a prática de educar e cuidar, sobre os processos de ensino e aprendizado e como se produz no meio social, tanto no espaço escolar e não escolar.

A educação é uma ação que nos permite aprimoramentos pessoais e profissionais bem como das pessoas com as quais convivemos.

Ao pesquisar sobre a alimentação em seu contexto histórico e a contribuição do povo africano na alimentação brasileira, a trajetória da alimentação no âmbito escolar e

a utilização dos alimentos como ferramenta pedagógica, percebemos a necessidade de contextualizar a Alimentação Escolar e a diversidade da cultura alimentar como protagonistas na produção de conhecimento através dos conteúdos curriculares e das práticas pedagógicas.

Utilizando a linha de produção, os sujeitos e suas práticas e saberes que atuam cotidianamente no espaço escolar, e partindo pressuposto que o conhecimento se dá a partir das interações com outros espaços e atores, acreditamos que a vivência dessas práticas também se produz e (res)significa nas práticas educativas e nas habilidades e competências que compõem a unidade escolar.

Assim essas representações podem no contexto escolar contribuir para o aprendizado para além dos repertórios fixos e homogeneizantes de uma educação marcada pelo modelo eurocêntrico.

O programa de alimentação escolar, institucionalizado desde a década de 40, passou por várias regulamentações, presente em todas as unidades de educação pública nacional.

O primeiro decreto, Nº 37.106, de 31 de Março de 1955 foi o que instituiu a campanha denominada na época de Merenda Escolar com abrangência para o território nacional sobre responsabilidade do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura e referendado pelo decreto 34.078 de 06 de Outubro de 1953, com a obrigatoriedade de incentivar os empreendimentos públicos e particulares para facilitar a alimentação escolar, dando-lhe assistência técnica e financeira.

Esta campanha se estende para todo o território com o indicativo da criação das cantinas escolares. Desde então a alimentação escolar está atrelada a educação nacional e acompanha a trajetória das escolas públicas no Brasil.

Neste sentido propomos o trabalho com a diversidade no campo da cultura alimentar, em seus aspectos social, cultural e antropológico, analisando situações concretas e reais da alimentação e seus tabus, e identificando a importância de se conhecer e valorar o hábito alimentar para além do processo biológico.

Fomentar o debate no âmbito curricular e pedagógico sobre possíveis utilizações da alimentação escolar como ferramenta complementar das ações e práticas educativas no espaço escolar com a percepção do ensinar e aprender de forma prazerosa e lúdica através do capital cultural da cultura alimentar.

Nosso Plano de Ação vem do desejo de ampliar o repertório da alimentação escolar para além da necessidade fisiológica, considerando-a como instrumento de conhecimentos. Assim buscamos dar visibilidade as ações e produções que permeiam o espaço escolar que são (des) conhecidas ou visibilizadas. A alimentação é o meio de sobrevivência da humanidade e está relacionada à história de diferentes povos e suas culturas.

Neste sentido pensamos em uma aprendizagem pautada nas dimensões históricas sociais e antropológicas com redimensionamento da relação que são construídas em torno dos hábitos alimentares.

Conhecer as origens dos alimentos, conhecer o passado, os costumes de etnias, os efeitos da colonização, da escravização e suas contribuições para com os costumes e hábitos da alimentação do Brasileiro podem ser enriquecedor em sua dimensão educativa.

Vislumbrar uma educação para além da descrição dos fatos, motivar os alunos a conhecer a história, a cultura, a identidade e as contribuições de diferentes povos na construção do hábito alimentar é contribuir para uma formação mais questionadora.

Chegar ao final dessa especialização foi um desafio. Desafiador foi também a escolha do referido tema, pois, ao mesmo tempo em que é significativo, está invisibilizado e sem valor pedagógico uma temática desqualificada em termos pedagógicos.

Falar de educação e alimentação escolar causou inquietações e indagações da equipe gestora quando declarei interesse nesta especialização, os questionamentos também surgiram por parte de alguns dirigentes da Secretaria Municipal de Educação e professores a ponto de quase acreditar que este não era o meu lugar. “Este curso não é para você! O que uma auxiliar de escola pode contribuir para o aprendizado? Abrimos demais este curso e você não cabe nele. Nem as professoras daqui foram contempladas, porque você não fez o concurso para professora?”. Esses questionamentos me impulsionaram a continuar e ocupar esse lugar de maneira cada vez mais qualificada.

O Curso de Especialização em Educação e Diversidade me deu essa oportunidade e logo percebi que trataríamos de questões emergentes do cotidiano escolar que muitas vezes são consideradas sem valor.

Nesta oportunidade, sem a pretensão de estancar este tema, busco fomentar a possibilidade de ampliar os repertórios sobre a alimentação escolar e sua relação com a educação.

CAPITULO 2 – EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

2.1- Educação brasileira

A evolução histórica da Educação Brasileira foi construída ao longo dos séculos a partir de rupturas. Inúmeras iniciativas de construção e planejamentos educacionais foram realizadas na tentativa de produzir uma educação com as características do país, buscando distanciar-se das influências internacionais.

A educação Brasileira possui características peculiares, por tratar-se de um país com tamanha diversidade e um contexto educacional referenciado em padrões europeus que não contemplam as especificidades brasileiras em educação.

As diretrizes organizacionais e educacionais do Brasil orientam para os princípios da Educação Cidadã, com o foco no desenvolvimento do aprendizado e do conhecimento básico para o desenvolvimento da cidadania plena com a interface ao mundo trabalho.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais tem sido referência de padrão normativo para a Educação Nacional. Esta diretriz sinaliza para a diversidade sociocultural e trazem como referência espaços escolares como laboratórios de práticas laborais e vivências da formação e valorização de todos os trabalhadores em educação.

É importante salientar que no Brasil “O desafio a ser enfrentando pelos governantes e pela sociedade O desafio a ser enfrentando pelos governantes e pela sociedade civil é a universalização do ensino básico de qualidade, que prepare para o trabalho, para a cidadania, cuidando da formação da personalidade nos aspectos afetivos e éticos. (ARANHA, 1996 p,73).

A partir da década de 1990 retoma-se o debate em torno da educação integral no Brasil que tem como ponto de referência histórica os ideais de educação democrática. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que rege a educação brasileira aponta como horizonte da política educacional o aumento progressivo da jornada escolar, a valorização de ações educacionais para além do currículo escolar padronizado e a necessária articulação entre escola e sociedade.

A partir da década de 1990 retoma o debate em torno da educação integral no Brasil e tem como ponto de referência histórica os ideais de educação democrática. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 que rege a educação brasileira aponta como horizonte para a política educacional o aumento progressivo da jornada escolar, a valorização de ações educacionais para além do currículo escolar padronizado e a necessária articulação entre escola e sociedade.

O posicionamento assumido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) vigente é favorável a oferta da educação integral, fruto de um reordenamento institucional no processo de redemocratização do país, marcado pela Constituição Federal de 1988 a partir de então se fortalece a percepção de um da educação como direito social fundamental, e imprescindível para a conquista de mudanças sociais e políticas rumo à construção de um país mais democrático e justo.

A Constituição de 1988 ao estabelecer uma ampla rede de proteção a crianças e adolescentes afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência.

A educação como um processo social diz respeito à toda sociedade e não

apenas à escola. Implica na produção em parceria com os diferentes atores e espaços de produção do conhecimento; entre o passado e o presente, entre o local e o global, entre o legado da humanidade e os saberes da comunidade em que se vive.

A educação integral se faz com a diversidade de campos do conhecimento e de vários agentes, saberes e espaços de interação e experimentação. Conhecer a cidade como território educador, se propondo a explorar novos itinerários de ação educativa coloca em diálogo os saberes produzidos socialmente, mediados pelas questões contemporâneas, articulados com vivências na escola, na família e na comunidade.

A prática do educar exige mediações e compartilhamento de saberes entre diversos atores institucionais e dos territórios de vida, buscando a circulação de saberes e vivências que amplia os conhecimentos dos espaços em educativos.

A escola sendo um espaço de complexidade e de legitimação do conhecimento social e cultural seria um lugar de vivenciar e experienciar os diferentes arranjos existentes na sociedade. Como educar integralmente, pensando na aprendizagem por inteiro, para crianças, adolescentes e adultos na perspectiva aprender a aprender e desenvolver habilidades cognitivas e intelectuais, afetivas, físicas, éticas e sociais sem a utilização de todos os espaços da escola e o envolvimento de todos os profissionais em educação?

CURY 2010 destaca que o direito universal à educação escolar legitima a instituição escola como um dos espaços que não perdeu a sua importância na atualidade. No entanto, o autor explicita que a construção da cidadania enfrenta desafios na busca por novos espaços de atuação e, que pensando na contemporaneidade poderíamos imaginar uma ampliação de repertórios na formação dos sujeitos e na valorização da diversidade cultural. Para o autor,

"Ao dar voz aos múltiplos grupos sociais, de diferentes etnias e distintas representações, dar espaço a variados modos de saber e fazer, a educação estará exercendo o que se espera dela para o século XXI (...) A educação que se espera para este século é uma aprendizagem menos fragmentada que leve a reflexão do cotidiano e sobre a importância de uma construção de aprendizado que faça sentido, que tenha ligação com a realidade do aluno e que o possibilite ampliar sua visão de mundo e sua possibilidade de interagir e atuar na construção do mesmo."(Cury, 2010, p.103)

Neste sentido a escola está entre os principais componentes básico do processo educativo que forma uma rede de interdependência com o ambiente sociocultural e emocional em que se insere a criança. A escola nesse contexto passa a fazer parte de uma visão integral de ser humano, contextualizando as crianças em seu entorno familiar, comunitário e social.

A escola, entendido como um local de legitimar os saberes culturais e de preservação de sua função pedagógica diante das aprendizagens da criança, tem proposto em suas diretrizes a alimentação escolar a partir de uma abordagem contextualizada na transdisciplinaridade curricular que possibilite o atendimento as crianças na escola.

Entretanto a merenda escolar para além do acolhimento das necessidades fisiológicas tem algo mais a oferecer. Através dos alimentos pode conhecer a cultura alimentar proporcionando ligação entre o conhecimento e os modos de agir da sociedade. A escola, em sua função social, produz e reproduz processos individuais, coletivos e institucionais que (re) constroem novos arranjos pela cidadania.

ARROYO 2010, aponta que a formação para a cidadania tem sido inspirada desde a década de 80 nas políticas de inclusão, mas sem alcançar avanços significativos na construção de políticas de equidade e menos ainda para uma educação cidadã. O ocultamento das diferentes formas de exclusão invisibiliza o trato

e a visão amplificada de cidadania.

Ao privilegiar a alimentação escolar em seu aspecto biológico, o conteúdo cultural e antropológico dos hábitos alimentares fica marginalizado. Seguindo esta linha, a aplicabilidade do programa alimentação escolar de forma parcial desvinculada da função pedagógica fragiliza a interação do conhecimento, dos hábitos alimentares presentes na sociedade e a consciência do que se comer e a certificação que a cultura alimentar faz parte também dos direitos da cidadania.

O acesso e a preservação da cultura alimentar dependem do que é aprendido no contexto familiar, mas não se pode negar que o conhecimento a transformação de saberes perpassa pela educação e pelas as suas ações construtivas ou reprodutivas do conhecimento.

O caráter pedagógico da alimentação escolar na escola pública é prerrogativa do melhor rendimento escolar e da garantia do direito ao acesso do aluno a alimentação saudável e diária no período escolar, tendo acesso a uma alimentação nutricionalmente adequada e na forma de uma refeição coletiva.

Neste sentido, o caráter pedagógico da alimentação escolar se alicerça nas relações do servir e do comer, na escolha de quais alimentos são oferecidos e com que apresentação, na forma como foram preparados, na forma como é compartilhado o tempo à mesa.

Quando se fala do pedagógico à mesa, podemos pensar no ensino das regras de etiqueta ou na tradicional educação nutricional de adestramento e modificação de hábitos alimentares.

Perrenoud (2002) discorre que o fazer pedagógico no âmbito escolar pressupõe o uso da competência e a mobilização de recursos, conhecimentos e saberes vivenciados. Manifesta-se na ação ajustada diante de situações complexas,

imprevisíveis, mutáveis e sempre singulares.

O fazer pedagógico é um universo simbólico e expressivo que preenche esse momento e organiza o aprender a aprender, o que nos remete a compreender que a constituição da cidadania está na produtividade das instâncias individuais, coletivas e institucionais sobre a subjetividade dos cidadãos. Por isso o universo simbólico e seu poder de codificar e a subjetividade devem ser tomados com rigor ético nas relações de aprendizagem.

A alimentação escolar, para que seja fato instrumento pedagógico, requer novos olhares e escutas para captar os sentidos e as necessidades que estão por trás da discursividade, a intersecção do plano dos processos sociais e do plano da subjetividade.

Há uma dimensão simbólica na alimentação escolar. É um espaço coletivo de prazer, nutrição e aproximação, de construção cultural e vivencial. Nesta dimensão também revela traços de expressão e fragmentos de conteúdo das relações e convivências, que podem ser trabalhados em sua função pedagógica.

As significações do comer são constitutivas das organizações humanas. Em nossa cultura, a alimentação envolvem costumes e rituais variados de acordo com as diferentes culturas. Neste sentido, para que a alimentação escolar represente um fato pedagógico para além do aspecto da necessidade biológica e nutricional, faz-se necessário conhecer a evolução e a diáspora alimentar.

A cooperação entre educação e saúde é amplamente reconhecida, e, neste novo modelo conceitual de escola integral é possível esperar que crianças e adolescentes tenham a possibilidade de aprender sobre a cultura alimentar e criar uma consciência positiva com relação à saúde física e mental, além de ter acesso aos valores sobre o contexto histórico da alimentação. A combinação dos elementos

físicos, culturais, emocionais e sociais é determinante para um processo de ensino e aprendizagem completa.

2.2- Alimentação Escolar

No conjunto de normas e diretrizes estabelecidas para o funcionamento escolar, há o programa de alimentação escolar. Este programa foi criado para atender os estudantes matriculados na rede pública nacional no período de todo ano letivo. Este programa propõe em suas diretrizes a alimentação escolar numa abordagem contextualizada na transdisciplinaridade curricular que possibilite o atendimento aos estudantes na escola.

Para além do acolhimento das necessidades biológicas, é importante que esse atendimento alimentar se integre ao conhecimento e ao aprendizado da cultura pedagógica escolar.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável também pelo financiamento da alimentação na educação básica brasileira.

O FNDE é uma autarquia federal criada pela lei nº5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo decreto- Lei nº 872, de 15 de Setembro de 1969, com a responsabilidade pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), tem como objetivos alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos, em especial a educação básica da rede pública, tornando o maior parceiro dos 26 estados, dos 5.565 municípios e do Distrito Federal.

Sendo assim a escola tem compromissos com o desenvolvimento integral do educando incluindo o programa de alimentação escolar. Sobre essa temática uma

pergunta adquire grande relevância: é possível ampliar a dimensão deste programa para além da inspeção regular e controle do consumo, da qualidade, das eliminações por desperdício, da orientação para o uso consciente e do aporte nutricional?

A alimentação escolar no Brasil tem um papel social relevante. Sua meta é atender de 30 a 70% das necessidades diárias dos estudantes.

Verifica-se atualmente que o caráter pedagógico da alimentação escolar na escola pública geralmente se limita a um melhor rendimento dos estudantes quanto à aprendizagem, mas ainda é pouco utilizada como temática em sala de aula.

A alimentação escolar é uma garantia do direito dos estudantes a uma alimentação saudável, nutricionalmente adequada, coletiva e diária no período de permanência na escola.

Neste sentido o caráter pedagógico da alimentação escolar se alicerça nas relações do servir e do comer, na escolha de quais alimentos são oferecidos e com que apresentação, na forma como são preparados, na disposição de como é compartilhado o tempo durante as refeições.

Quando se fala da abordagem pedagógica da alimentação escolar nos vem à ideia do ensino das regras de etiqueta ou a tradicional educação nutricional de adestramento e modificação de hábitos alimentares, um padrão crítico repetitivo marcado pela prescrição de uma atuação transformadora da realidade.

É importante lembrar que

o fazer pedagógico no âmbito escolar pressupõe o uso da competência e a mobilização de recursos, conhecimentos e saberes vivenciados. Manifesta-se na ação ajustada diante de situações complexas, imprevisíveis, mutáveis e sempre singulares. Sendo assim o fazer pedagógico é um universo simbólico e expressivo que preenche esse momento e organiza o aprender a aprender, o

que nos remete a compreender que, a constituição da cidadania está na produtividade das instâncias individuais, coletivas e institucionais sobre a subjetividade dos cidadãos; por isso, o universo simbólico e seu poder de codificar e a subjetividade devem ser tomados enquanto rigor ético nas relações de aprendizagem.(PERRENOUD, 2005, P.65).

A alimentação escolar para que seja de fato instrumento pedagógico requer novos olhares e escutas para captar os sentidos e as necessidades que estão por trás da discursividade.

Há uma dimensão simbólica na alimentação escolar que é um espaço coletivo de prazer, nutrição e aproximação, de construção cultural e vivencial. Nesta dimensão também revela traços de expressão e fragmentos de conteúdo das relações e convivências, que podem ser abordadas pedagogicamente no ambiente escolar.

As significações do comer são constitutivas das organizações humanas. Em nossa cultura, a alimentação envolve costumes e rituais que variam de acordo com as vivenciais humanas. Neste sentido para que a alimentação escolar represente um fato pedagógico para além do aspecto da necessidade biológico e nutricional faz necessário o conhecer sobre a evolução e a diáspora alimentar.

2.3- Aspectos históricos e antropológicos da alimentação

A história do homem funde com a história da alimentação desde os tempos de caça e coleta. Há mais de 300 mil anos o domínio do fogo permitiu a transformação dos alimentos pela cocção, modificando-os do cru ao cozido e dando origem a cozinha como espaço específico para preparo dos alimentos constituindo assim o primeiro

laboratório do homem.

Esta modificação na maneira de consumo dos alimentos do cru para o cozido foi interpretada por Lévi-Strauss (2004) como o processo de passagem do homem da condição biológica para a social.

O comportamento alimentar do homem mudou a partir da invenção da cozinha, ou seja, a função social dada às refeições e com cozinhar dos alimentos adquiriu – se um novo modo de agir do homem refletindo numa outra concepção de vida, modificando assim, as interações sociais e as relações de convivências.

Neste modelo de interação e convivências surgiram os rituais das refeições com regras dietéticas que foram descritas e documentadas desde as primeiras civilizações como expressão de religiosidade este caráter religioso que parte explica os sentidos de apropriado, puro, sagrado, assim como de impuro e o profano.

Da mesma forma o uso da faca e do garfo para cortar, e o comportamento à mesa, foram sendo convertidos em boas maneiras e meios de distinção social, ilustrando o processo civilizador do homem ocidental e estabelecendo regras comportamentais rígidas à mesa.

Nesta rigidez surge o sistema de tabus, proposto como instrumento regulador para garantir que a violência fosse evitada, dado que comer é algo agressivo por natureza e os utensílios utilizados para o ato poderiam rapidamente tornar-se armas.

A descoberta do fogo fez-se a revolução do cozimento. Nesse processo surgiram também as modificações do uso dos alimentos que desde então correspondem à necessidade primitiva de segurança e sobrevivência humana.

Montanari (2008) discorre que ao longo da história, os alimentos dizem muito a respeito sobre a identidade dos povos, podendo nos dar pistas sobre as mudanças

ocorridas nos tipos de alimento que se ingerimos, assim como na forma que são preparados e consumidos. Estas mudanças nos hábitos alimentares das populações costumam representar transformações históricas importantes.

Nesse sentido, muitas mudanças foram possíveis no decorrer da história humana já que a alimentação é ponto de troca e miscigenação de povos e representa a identidade alimentar dos seres humanos nos aspectos de restrições ou obrigatoriedades em relação aos alimentos que serão e que não consumidos, como e quando serão ingeridos e com quem identificam culturas, religiões, etnias, classes sociais, e outros.

2.4- Alimentação e Saúde

A cooperação entre educação e saúde é amplamente reconhecida e neste novo modelo conceitual de escola. É possível esperar que crianças e adolescentes tenham a possibilidade de aprender sobre a cultura alimentar e criar uma consciência positiva com relação à saúde física e mental, além de valores sobre o contexto histórico da alimentação. Entendermos que a combinação dos elementos físicos, culturais, emocionais e sociais é determinante para um processo de ensino e aprendizagem mais abrangente.

Compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, isto é, para potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto para viver e conviver em determinado ambiente, em sua dimensão planetária. A educação é, pois, processo e prática

que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares. (PCN. 2003, p.18)

Enfocar a escola como parte de uma visão integral de ser humano, contextualizar os alunos em seu entorno familiar, comunitário e social, interligar assim com a alimentação escolar, que é um bem-estar proporcionado aos alunos durante sua permanência na escola, suscitar um conhecimento ampliado, sobre a cultura alimentar e valorizar os costumes alimentares criaria condições favoráveis de valorar o hábito alimentar no tocante do desenvolvimento humano e a aprendizagem dos alunos.

A cultura alimentar e os tipos de gêneros alimentícios consumidos em diferentes países são interessantes em um momento histórico em que o hábito alimentar tendem a ser cada vez mais semelhantes. Ao mesmo tempo não pode desconsiderar que essa homogeneidade é relativa e mais aparente que o real uma vez que os comportamentos alimentares são adaptados à cultura de cada povo em estruturas marcadas pelas particularidades locais regionais e de identidade.

A alimentação independentemente da cultura do indivíduo e da época vivida é um fator essencial e indispensável à manutenção e à ordem da saúde. Sua importância está associada à capacidade de fornecer ao corpo humano nutriente necessário ao seu sustento. Para o equilíbrio harmônico desta tarefa é fundamental a sua ingestão em quantidade e qualidades adequadas, de modo que funções específicas como a plástica, a reguladora e a energética sejam satisfeitas, mantendo assim a integridade estrutural e funcional do organismo (MOURA e REYES, 2002).

Os costumes e hábitos alimentares são permeados por crenças e tabus, mas também pela questão econômica que interverem e restringem ter a mesa uma alimentação de qualidade e a experimentação da diversidade alimentar como fonte de saúde e energia. O desconhecimento dos benefícios de uma alimentação nos leva a escolhas mais atrativas desconsiderando a diversidade alimentar.

O crescimento dos índices de sobrepeso e obesidade em vários países e em populações de todas as classes econômicas pode ser, relacionada a dietas ricas em gorduras e diminuição da atividade física. Tal tendência não está restrita à população adulta, atingindo também crianças e adolescentes.

O papel de a educação alimentar e nutricional está vinculado à produção de informações que sirvam como subsídios para auxiliar a tomada de decisões dos indivíduos que outrora foram culpabilizados pela sua ignorância, sendo posteriormente vítimas da organização social capitalista, e se tornam agora providos de direitos e são convocados a ampliar o seu poder de escolha e decisão (SANTOS 2005).

Assim, pode-se afirmar que a “centralidade das práticas educativas está na transmissão de mensagens consistentes, coerentes e claras, utilizando ao máximo os recursos tecnológicos de comunicação, garantindo o direito ao acesso à informação “(SANTOS 2005)”.

2.5- Programa nacional de alimentação escolar

O programa nacional de alimentação escolar institucionalizado desde a década de 40 passou por várias regulamentações e está presente em todas as unidades de educação pública nacional. O primeiro decreto, Nº 37, 106, de 31 de Março de 1955 instituiu a campanha denominada na época de Merenda Escolar com abrangência para o território nacional sobre responsabilidade do Departamento Nacional de Educação, e do Ministério da Educação e Cultura.

Nesta mesma década foi referendado pelo decreto: 34.078 de 06 de Outubro de 1953 instituindo a obrigatoriedade de incentivar os empreendimentos públicos e particulares a facilitar a alimentação escolar dando-lhe assistência técnica e financeira. Esta campanha se estendeu para todo o território com o indicativo da criação das cantinas escolares. Desde então a alimentação escolar está atrelada a educação nacional e acompanha a trajetória das escolas públicas no Brasil.

As políticas públicas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garantem a transferência e repasse dos recursos financeiros à alimentação escolar para alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e o ensino fundamental matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

O PNAE também institui as diretrizes para a promoção de uma alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio nas redes pública e privadas em âmbito nacional orientando que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano e compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas sociais e culturais dos indivíduos de acordo com as fases do curso da vida com base em práticas alimentares que assumam os significados socioculturais dos alimentos.

Devemos destacar que o PNAE foi permeado em sua trajetória pelas várias fases políticas e sociais no âmbito nacional. Voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar e se mantém de forma contínua no campo das políticas sociais.

Este programa garante que o acesso à alimentação seja constituído como um direito humano básico e pautado na segurança alimentar para todos, sem desconsiderar a importância da qualidade e quantidade de modo a contribuir para um desenvolvimento saudável.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa a transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para a compra de gêneros alimentícios, de forma a atender os alunos da educação básica e da à educação de jovens e adultos matriculados nas escolas públicas e entidades filantrópicas conveniadas.

O PNAE visa contribuir para o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que supram as necessidades nutricionais dos alunos durante o período de permanência destes na escola.

O repasse financeiro para a concretização do PNAE é feito diretamente aos estados e municípios com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Este programa é acompanhado e fiscalizado pela sociedade, através dos conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, o Tribunal de Contas da União

(TCU), a Secretaria Federal de Controle Interno e pelo Ministério Público.

Em Belo Horizonte, o PNAE tem sua gestão realizada pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN) que controla, planeja e organiza as ações como planejamento dos cardápios, licitações para a aquisição dos gêneros alimentícios que integram os cardápios, o armazenamento e a distribuição desses alimentos para as unidades educacionais da rede municipal de educação e conveniadas de Belo Horizonte.

Os gêneros alimentícios são comprados por licitações públicas. Os não perecíveis são armazenados e distribuídos pela SMASAN mensalmente e os perecíveis (como carnes e hortifrutigranjeiros) são distribuídos semanalmente diretamente pelos fornecedores licitados às unidades educacionais públicas e conveniadas.

O controle de qualidade dos gêneros alimentícios para a alimentação escolar são criteriosos. Os cardápios balanceados e elaborados por nutricionistas considerando as necessidades nutricionais dos alunos. A escolha dos gêneros alimentícios é pautada pelos princípios da variedade, equilíbrio e pelo prazer de se alimentar.

A SMASAN além do corpo administrativo, conta com uma equipe técnica de profissionais que acompanha e supervisiona todas as unidades educacionais e instituições conveniadas distribuídas pelas nove regiões administrativas de Belo Horizonte.

A supervisão da alimentação nas instituições tem a função de acompanhar e orientar todo o processo de produção nas instituições. Da chegada do alimento ao

consumo das refeições a formação dos profissionais envolvidos na linha de produção visa garantir a segurança a qualidade e a adequação das refeições pactuando ações voltadas para educação alimentar e nutricional.

Os Manipuladores de alimentos são os profissionais da linha de produção, os finalizadores do programa alimentação escolar que atuam no pré-preparação e distribuição das refeições nas escolas e instituições conveniadas.

Para garantir e manter a qualidade da alimentação fornecida aos alunos os profissionais que atuam nas unidades de alimentação e nutrição das instituições participam de cursos permanentes de capacitação em boas práticas de produção regularmente ofertado pela SMASAN com carga horária de 20 horas/aula. Esses cursos tem o intuito de promover o conhecimento técnico que envolve os aspectos higiênico-sanitários na preparação das refeições e garantir um alimento seguro aos beneficiários dos programas de assistência alimentar e nutricionais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH).

2.6- Alimentação e a Valorização dos profissionais da educação básica

A alimentação sempre esteve ligada ao desenvolvimento da humanidade e está relacionada à história de diferentes povos até os dias de hoje. A constituição de uma educação pautada nas dimensões históricas sociais e antropológicas da realidade brasileira suscita compreender as origens dos nossos hábitos alimentares conhecer o passado os costumes de etnias, a colonização os efeitos da escravização e suas contribuições para o desenvolvimento da cultura alimentar brasileira.

A educação esperada na pós-modernidade deve ir além da descrição dos fatos. Deve é provocar questionamentos e indagações. Neste sentido destacamos a importância em orientar os alunos a conhecer a história, a cultura, a identidade e as contribuições de diferentes povos na construção dos hábitos alimentares brasileiros e como o mercado de alimentos contribuíram para o desenvolvimento da economia brasileira.

A pós-modernidade nos desafia para uma educação abrangente que perpassa pelo o exercício democrático participativo e a valorização humana plena sem discriminação das formas de aprendizado que perpassa pelas instancias sociais. Escola, família, igreja, trabalho, lazer, os meios de comunicação de massa são importantes nesse processo na medida em que podem fornecer informações levando o conhecimento e auxiliando na tomadas de decisões e escolhas.

Em 2009, as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos profissionais da educação escolar pública básica recebeu uma inserção de valorização dos profissionais da educação pela lei 12.014/2009 que reconhece e valoriza os profissionais não docentes.

Esta lei cria a inédita oportunidade para que os profissionais não docentes sejam capacitados e formados para educação pública básica e sejam reconhecidos e valorizados como integrantes do processo educativo. Entendemos que esse é um importante passo que viabilizará a construção da identidade profissional do segmento e sua integração à categoria dos profissionais da educação.

A relevância do reconhecimento aos profissionais não docentes que integram todos os espaços da escola os legitima como educadores e afirma que o processo de aprendizagem também se complementa fora da sala de aula.

Nesta perspectiva a unidade de alimentação e nutrição escolar e seus profissionais atuam de forma educativa, pois o trabalho não é aleatório. Pelo contrário, é organizado e exige habilidades para com os alimentos que serão servidos.

Neste sentido podemos afirmar que as cantineiras vivenciam no trabalho o reflexo de algo que é próprio do processo educativo em sua concepção mais ampla: o pensar coletivo, a articulação e a integração entre as diversas atividades que se desenvolvem no interior da cozinha e da escola.

Considerando essas discussões, entendemos que as possibilidades de igualdade de oportunidade a todas as profissionais da educação a partir das suas habilidades e competências com a combinação dessas ações e os recursos metodológicos possibilitaria uma inovação na formação integral dos alunos.

2.7- A obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras

A lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003 em seu artigo primeiro estabelece as diretrizes para a educação nacional e para o currículo oficial do ensino obrigatório da temática "História e Cultura Afro-brasileira" nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio público e particulares, incluindo o estudo da História da África e dos Africanos a luta dos negros no Brasil, considerando a contribuição do negro na formação da sociedade nacional e resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais econômica e política pertinentes à história do Brasil.

“Art.26-A.” Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.” (Brasil, 2003).

As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana propõem que trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial e empreender a reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola.

As formas de discriminação de qualquer natureza não tem arcabouço na escola. Porém o racismo as desigualdades e discriminações recorrentes na sociedade têm ressonância no ambiente escolar.

Neste sentido quais seriam as normativas necessárias para que as instituições de ensino desempenhassem a contento o papel de educar para as relações étnico-raciais construindo espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos.

A lei 10,639 surge de uma luta coletiva do movimento negro com um grupo de intelectuais na busca pelo reconhecimento e reparação prejuízos sociais sofridos pelo povo negro resultando na negativa dos seus direitos.

Interessante observar que essa legislação significa um avanço para o campo educacional, a mesma não explicita algo que é intrínseco à herança da cultura africana, a saber, a contribuição do povo africano na formação do hábito alimentar brasileira.

Também nas diretrizes do ensino de história e cultura afro-brasileira não se menciona a importância da Alimentação no contexto político e cultural.

No entanto esta lei não explicita algo que é peculiar a cultura africana a contribuição do povo africano na formação do hábito alimentar brasileira. Assim como nas diretrizes do ensino de história e cultura afro-brasileira não se menciona a importância Alimentação no contexto político e cultural.

A introdução da cultura alimentar no contexto pedagógico poderia ampliar o repertório sobre as contribuições dos povos que constituem a sociedade brasileira. Assim como ressignificar a unidade de alimentação e nutrição presentes nas unidades educacionais a partir da diáspora alimentar e a contribuição dos africanos e a sua influencias no hábito alimentar do brasileiro.

A cultura alimentar e os profissionais que atuam nesta área fazem parte do contexto escolar são integrantes e produtores de conhecimento em um laboratório permanente disponível para as práticas educativas, mantendo ativa a relação do homem com o ato de alimentar.

O ato de se alimentar vem carregado de experiências pessoais e coletivas de acordo com os costumes cada região.

Por sermos um país multicultural com várias influencias e variedades de alimentos a cultura alimentar se enquadra como prática natural do senso comum desconsiderando o seu potencial de conhecimento. Este senso comum invisibiliza a cultura alimentar e a descaracteriza como fonte de conhecimento e formação que é refletido no contexto educacional brasileiro.

Estudiosos relatam que os escravizados africanos quando chegaram ao Brasil das mais distantes colônias africanas trouxeram sementes raízes mudas e bulbo.

Dentre essas contribuições, destacamos a banana como a fruta que teve sua popularidade difundida no Brasil, juntamente com o amendoim.

A banana foi uma das mais importantes contribuições africanas para a alimentação do Brasil em quantidade, distribuição e consumo (Recine & Radaelli, 2008).

Além da banana vieram outras variedades de gêneros alimentícios como a manga, a jaca, o arroz, a cana-de-açúcar e o azeite de dendê.

A intensificação da chegada dos negros e negras escravizados diversificou as espécies de plantas alimentares que vieram do continente africano.

A população negra que vivia no Brasil plantou inúmeros vegetais que logo se tornaram populares como: quiabo, caruru, inhame, erva-doce, gengibre, açafrão, gergelim, amendoim africano, melancia, pimenta africana.

Dessa forma houve uma migração de alimentos que disseminou no Brasil uma variedade de alimentos até então desconhecidos (Recine & Radaelli, 2008).

CAPÍTULO 03 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1- Cronogramas de ações

O planejamento do percurso metodológico elaborado para a execução do plano de ação explicitado norteou e direcionou o caminho pensado objetivando as ações sequenciadas para uma didática qualitativa na construção desse conhecimento.

Em setembro de 2004, foi aplicado o questionário com o objetivo que era conhecer o perfil da cultura alimentar dos acompanhantes/ monitores das unidades educacionais da rede municipal da regional norte.

Para o mês de outubro organizamos a apresentação do filme a conquista do fogo com esta atividade proporcionaria o olhar sobre a transformação e a evolução do homem e sua forma de alimentar, após assistir o filme propomos o registro escrito das principais questões abordadas pelo grupo a partir do filme.

Em novembro foi previsto as visitas aos espaços de estocagem, manipulação, cocção e refeitório, com o olhar pedagógico vivenciar a dinâmica dos espaços e as possibilidades existentes para a pratica educativa. Esta atividade seria registrada pela fotografia e registro escrito pelo grupo e a partir do vivenciado criarem atividades que possa ser colocada em prática.

No mês de Dezembro ocorreria uma mostra intitulada de saberes e sabores. Esta mostra era para conhecermos as contribuições da África para a alimentação brasileira através de apresentação de preparações de alimentos representando a diversidade e a comensalidade afro-brasileira.

Logo após a mostra faríamos a conclusão do plano de ação com uma produção de relatos escrita sobre os aspectos vivenciados.

A alimentação no espaço escolar é algo secundário concebida apenas como parte da vida escolar do educando. Considerado um elemento fundamental para saciar a fome suporte energético e nutricional com rigorosos padrões higiênico, fonte compensatória para os que a tem como a única refeição completa do dia, tem quase sempre a função de alimentar e nutrir, de dar suporte ao desenvolvimento dos alunos. Mas o que comemos?

Entendemos ser relevante conhecer o que escolhemos para nos alimentar e nossos costumes alimentares. Nesse sentido, seria interessante saber como seria a reação do aluno frente a alimentos que em sua cultura não é permitido utilizar. Como seriam as reações frente ao desconhecido? As cores, sabores, texturas e odores?

O conhecimento tem a capacidade de desvendar mistérios, pois é o senhor dos prazeres e descobertas.

A proposta para este trabalho de pesquisa e de intervenção pedagógica tem como pressuposto uma metodologia qualitativa um método que pudesse dar sustentação às nossas reflexões e possibilitar também, no decorrer do trabalho, um envolvimento de outros profissionais educadores despertando a curiosidade e o interesse sobre o tema proposto.

Acreditamos que essa proposta incentiva uma nova forma de aprender e ensinar, uma nova maneira de ver a realidade, o espaço escolar onde à diversidade dos saberes, as diferenças nas áreas de atuações não signifiquem um empecilho para o exercício da cidadania.

Esperamos que o preconceito e a discriminação possam ser combatidos de forma consciente, crítica, reflexiva e contínua.

O plano de ação foi pensado para que os acompanhantes das unidades educacionais da regional norte organizassem o questionário como primeira atividade para a introdução ao campo da alimentação escolar.

A intenção era averiguar os conhecimentos prévios da equipe referente a alimentação escolar o perfil da cultura alimentar dos componentes da equipe de acompanhamento e monitoramento e ao mesmo tempo conhecer as diretrizes de sua atuação no acompanhamento e monitoramento no que se refere a alimentação escolar dentro das unidades educacionais da rede municipal e conveniadas da regional norte de Belo Horizonte.

O aprofundamento da temática foi organizado a partir do filme “ A guerra do fogo.” Este filme mostra a evolução do homem e utilização fogo como elemento central, Retrata também que o domínio do fogo que trouxe benefícios e transformações na evolução humana e em sua forma de alimentar.

Para o aprofundamento do conhecimento sobre a alimentação escolar e as práticas educativas organizamos visitas à escola que é o campo de vivências e possibilidades.

As unidades educacionais escolhidas foram a Escola Municipal Desembargador Loreto Ribeiro de Abreu de ensino fundamental e a Unidade Municipal de Educação Infantil São Bernardo.

Programamos duas visitas às unidades educacionais para que, com o olhar pedagógico, pudéssemos conhecer os espaços de estocagem, o processo de manipulação e cocção da alimentação, bem como, observar o almoço dos educandos.

Com a vivência da dinâmica desses espaços esperávamos averiguar as possibilidades existentes para a prática educativa considerando esses espaços. Elaboramos então algumas atividades a partir dessa observação que fosse possível dialogar com o currículo e as práticas educativas já estabelecidas.

O resultado esperado desse conjunto ações era a promoção do conhecimento da cultura alimentar e os aspectos e costumes regionais. A ação final era preparar uma mesa compostas por iguarias para apreciarmos a culinária africana e brasileira, degustar, experimentar sabores e cores conhecendo encanto da cultura alimentar.

Entretanto para a execução do Plano de Ação, encontrei alguns impedimentos que comprometeram a realização de algumas etapas. A não liberação da equipe de acompanhamento e monitoramento das instituições, a falta de retornos em tempo hábil.

Essas questões inviabilizaram a execução do plano o que me trouxe, em certos momentos, um sentimento de descrença nos discursos sobre coletividades, integração, parcerias.

O questionário foi o único instrumento concluído que recebi em tempo hábil para subsidiar o projeto.

As visitas à escola e à unidade de educação infantil, o filme, assim como a mostra e as atividades não aconteceram. Estas ações foram prejudicadas pelas questões citadas anteriormente.

CAPÍTULO 04: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: EXPERIÊNCIA DE BELO HORIZONTE

O objetivo desse trabalho era fomentar outros olhares sobre a cultura alimentar a partir da alimentação escolar inserindo-a nas práticas pedagógicas e educativas da escolar e acrescentando os sujeitos que produzem a alimentação escolar presentes nas unidades educacionais da rede pública municipal e conveniadas da regional norte de Belo Horizonte.

A princípio realizamos o projeto de intervenção com os acompanhantes/ Monitores da educação básica da rede Municipal de Educação e as Instituições Conveniadas dessa capital.

A equipe de acompanhamento e monitoramento das unidades educacionais é subdividida por modalidades de ensino e atua em loco no dia a dia escolar nas unidades de ensino fundamental na educação infantil creches conveniadas educação de Jovens e adultos (EJA), socioeducativo floração e no programa Escola Integrada.

A prefeitura de Belo Horizonte tem a sua administração regionalizada subdividida em nove regionais. A Secretaria Municipal de Educação (SMED) também é regionalizada em cada regional funciona o departamento de educação regional com gerências Administrativa e a Pedagógica.

A gerência Pedagógica é constituída por equipes pedagógicas é responsável pelo acompanhamento e monitoramento das unidades educacionais já gerência técnica administrativa tem como diretriz o suporte técnico interno e externo além de integrar as ações com as demais gerências e o atendimento aos munícipes.

A equipe dos Acompanhantes Pedagógicos/ Monitores realiza o monitoramento das unidades das unidades educacionais da rede municipal da regional norte sendo composta por professores e técnicos em educação da rede municipal de educação de Belo Horizonte tem como responsabilidade gerenciar o conjunto de proposições e ações direcionadas a todas as unidades educacionais de Belo Horizonte coordenado pela SMED.

O embasamento e as metodologias para o processo de ensino-aprendizagem fazem parte da implementação das proposições curriculares. A organização dos espaços e tempos escolares é outra ação, na busca pela melhoria da qualidade da educação e do ensino na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Essas propostas têm como eixo norteador a educação integral valorizando a diversidade e pluralidade étnica cultural e de gênero.

O principal objetivo foi o desenvolvimento de uma proposta com os acompanhantes/monitores das unidades educacionais que levasse em conta a alimentação escolar.

Ao propormos a referida ação acreditamos que a discussão desta temática ganharia corpo, possibilitando a incorporação da cultura alimentar nas práticas pedagógicas.

Essa concepção se funda na possibilidade de ampliar o espaço de aprendizagem nas instituições escolares com a utilização da alimentação escolar.

Surge então necessidade de inserir a alimentação escolar e a cultura alimentar como recursos para fundamentação das praticas pedagógicas curriculares e educativas utilizando novos espaços escolares.

Outra potencialidade era dar visibilidade aos profissionais educadores que

atuam na linha de produção da alimentação escolar, que são os finalizadores do programa nacional da alimentação escolar.

Ao aprofundarmos sobre o conhecimento do ato e do consumo dos alimentos pela sociedade seus costumes e tabus preexistentes que envolvem os alimentos e que transcende séculos a humanidade de forma singular nos leva a pensar sobre a interlocução com outras áreas e profissionais responsáveis pela educação no espaço escolar que poderia propiciar ao aluno outras concepções de sujeito e de mundo.

Os profissionais das unidades educacionais responsáveis pela alimentação e nutrição mais conhecidos como cantineiras (os) são profissionais que atuam na linha de produção da alimentação escolar.

Os responsáveis pela organização e limpeza dos ambientes escolar cotidianamente são profissionais que cuidam da limpeza e higienização que organizam os espaços que preparam as refeições seguindo as normas e controle da qualidade acompanham e observam a dinâmica da comunidade escolar.

Os profissionais das unidades educacionais responsáveis pela alimentação e nutrição mais conhecidos como cantineiras (os) são profissionais que atuam na linha de produção da alimentação escolar.

A Escola Municipal desembargador Loreto Ribeiro de Abreu, uma das escolhidas para esse plano de ação está localizada na regional norte, na rua Marco Donato Lima s/. Com atendimento a modalidade do ensino fundamental do primeiro ao segundo ciclo, seu público escolar são crianças do entorno e adjacências de nove comunidades.

A escola Loreto assim conhecida é uma instituição que trabalha pela valorização da diversidade do respeito aos seus funcionários, aos educandos e a

comunidade. A instituição se destaca pelas práticas educativas e pedagógicas inclusivas e pela valorização das diferenças presentes no cotidiano escolar que extrapola os muros da escola.

O público escolar é formado por uma grande maioria de negros, pretos e pardos e crianças quilombolas oriunda do Quilombo Mangueiras. A escola é referenciada por sua excelência em atendimento aos educandos e o compromisso da gestão em envolver os docentes e outros profissionais da educação no processo educativo. Destacamos que utiliza grande parte dos espaços da escola como espaços de possibilidades de aprendizado.

A valorização dos funcionários é sem distinção dotando-os de responsabilidades pela formação. Nesse sentido entendemos que a concepção de aprendizado e o trabalho que vem sendo desenvolvido na escola é refletida na postura e no compromisso para com a educação de todos. Estas posturas que fazem parte do cotidiano e as propostas educativas dessa escola foram os quesitos para a execução do presente plano de ação.

As atividades proposta para as acompanhantes da educação infantil na UMEI São Bernardo a principio seriam conhecer os espaços de estocagem, o processo de manipulação e cocção da alimentação, bem como, observar o almoço dos educandos a especificidade da criança pequena.

Como estimular a criança a ingerir alimentos que são “estranhos” ou diferentes do costume familiar? Como, lidar com a fase do desmame e a rejeição do alimento oferecido? Como se dá o estímulo a aceitação e a introdução dos alimentos ofertado? Essas são algumas questões pertinentes para pensar a alimentação escolar na educação infantil.

O objetivo era refletir sobre o que comemos as variações e rituais acerca dos alimentos na perspectiva de ampliar as possibilidades de interação com a cultura alimentar.

Os costumes saberes e sabores que permeiam a sociedade motivaram a proposição da mostra “Saberes e Sabores”, que representou um momento de interação entre o conhecimento e a percepção da diversidade mundial de gêneros alimentícios.

Neste encontro o (re) conhecer as possibilidades e de diferentes formas de uso dos alimentos presentes na cultura de um povo foi um movimento rico e proveitoso.

A mostra daria destaque para as contribuições Africanas na alimentação brasileira através dos grãos, sementes, frutas, especiarias, modos de preparações regionais considerando a diversidade da comensalidade brasileira.

Juntamente com essa mostra foi pensada uma produção de relatos das ações avaliação do processo para construirmos proposições viáveis para implantação nas escolas o debate no âmbito curricular e pedagógico das possíveis utilizações da alimentação escolar como ferramenta complementar das ações e práticas educativas no espaço escolar desenvolvendo atividades que viabilizem conhecimento a partir da alimentação escolar.

CAPÍTULO 05 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

As Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) presentes em todas as escolas da rede municipal e conveniadas de Belo Horizonte, constituem um laboratório permanente e ativo na produção das refeições do cotidiano escolar, respaldado em padrões rigorosos de segurança e qualidade. Esse saber está acessível para a instrumentalização do conhecimento pedagógico e sistêmico.

A alimentação no contexto escolar é transdisciplinar. Suas relações são distintas com as disciplinas curriculares que são propostas nas diretrizes curriculares como tema a ser trabalhado transversalmente.

Sendo assim, as unidades de alimentação escolar (UAN) constituem um espaço privilegiado para a disseminação de a cultura alimentar.

Ressignificar a alimentação escolar e fomentar estratégias diversificadas e significativas para o aprendizado dos alunos que possa promover uma aprendizagem emancipadora que desenvolva habilidades e competências no tocante da cultura alimentar.

Nesta perspectiva, dei início ao plano de ação informando à gerência imediata e a equipe Pedagógica de acompanhamento/monitoramento sobre a temática a ser desenvolvida e a justificativa da escolha do público selecionado.

A equipe de acompanhamento/monitoramento era composta por 20 professores que atuavam nas 47 unidades educacionais da regional norte com a educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, floração, creches conveniadas e socioeducativo.

De acordo com o cronograma das ações, disponibilizei o questionário para a equipe. Dos vinte questionários entregues para ser respondidos, tivemos o retorno de onze.

Para esta análise, selecionamos nove questões referentes aos seguintes tópicos: Gênero, Raça/cor, Grau de escolaridade, Capacitação sobre o programa de alimentação escolar, Conhecimento do programa de alimentação escolar da rede Municipal de Belo Horizonte, Linha de produção e estocagem da escola que acompanham/monitoram, Formação acadêmica.

5.1- Grau de escolaridade e tempo de acompanhamento/monitoramento

Considerando o grau de escolaridade das respostas dadas ao questionário podemos dizer que a equipe de acompanhantes é composta por três profissionais com mestrado e oito pós- graduados (Quadro 01).

Acompanhante total	Respostas ao Questionário	Modalidades	Escolaridade	Tempo	Gênero	Raça/ Cor
6	3	Ensino Fundamental	1-Mestrado 2- Pós-graduado	2-menos de 5anos 1-mais de 6 anos	Feminino	3 - Branca
4	3	Educação Infantil	3-Pós-graduado	3-menos de 5 anos	Feminino	2 - Preta 1- Branca
3	2	Escola	1-Mestrado	1-menos de 5	Feminino	1- Branca

		Integrada	1-Pós-graduado	anos 1-mais de 16 anos		1- Amarela
2	1	EJA	1-Mestrado	1-menos de 5anos	Masculino	1- Branca
1	0	Floração	-----	-----	-----	-----
1	1	Socioeducativo	1-Pós-graduado	1-mais de 6 anos	Masculino	1 - Preta
3	1	Inclusão	1-Pós-graduado	1-menos de 5 anos	Feminino	N/R

Quadro 01: Grau de escolaridade, tempo de acompanhamento/ monitoramento, gênero raça/ cor – 2014

Com relação ao tempo no acompanhamento/ monitoramento três profissionais tem mais de seis anos e oito estão há menos de cinco anos na função.

Nesta equipe predomina as profissionais femininas. São quatro mulheres e apenas dois homens.

Com relação a auto declaração de raça/cor seis se declararam brancos, seis profissionais se identificaram como pretos e dois se disseram amarelos . Um profissional optou por não declarar.

5.2- Tabulações de dados do questionário sobre Alimentação Escolar

Nas questões relacionadas a alimentação escolar, formação continuada, conhecimento da linha de produção, formação acadêmica, diretrizes para orientação

sobre a alimentação escolar e orientação de inclusão da temáticas nas praticas educativas obtemos importantes resultados (Quadro 02).

Questionário	Modalidades	curso sobre a Alimentação escolar	Alimentação da rede	Linha de produção	Formação acadêmica	Há diretrizes a alimentação	Orientação para a Prática pedagógica.
3	Ensino Fundamental.	0	1	0	0	0	0
3	Educação Infantil	3	3	2	0	3	3
2	Escola Integrada	1	1	1	0	0	1
1	EJA	0	1	0	1	0	0
0	Floração	0	0	0	0	0	0
1	Socioeducativo	0	0	1	0	0	0
1	Inclusão	0	Mais ou menos	0	0	algumas	1

Quadro 02: Alimentação escolar: Cursos, Programa, Linha de produção, Formação acadêmica, Monitoramento, Pratica Pedagógica- 2014

Sobre a formação acadêmica, o programa de alimentação escolar da rede municipal, quatro acompanhantes, sendo três da educação infantil e uma da escola integrada, afirmaram ter realizado formação em serviço.

Nas respostas à pergunta relacionada sobre o programa de alimentação da rede Municipal, seis acompanhantes responderam que tem conhecimento referente a alimentação escolar, sendo três da educação infantil, uma do ensino fundamental, uma da escola Integrada e uma da educação de jovens e adultos

Para a pergunta relacionada com a linha de produção e estocagem da escola houve quatro resposta que conhecem estes espaços sendo duas da educação infantil, uma do Socioeducativo e uma da escola integrada.

A próxima questão seguinte reporta a formação acadêmica se havia disciplina que contemplasse a cultura alimentar. Para esta questão apenas um professor declarou ter tido disciplina na formação acadêmica voltada para prática alimentar.

A questão seguinte busca respostas sobre as orientações e diretrizes para o monitoramento que contempla a alimentação escolar. A equipe de acompanhantes da educação infantil são orientados e capacitados para orientar as unidades educacionais sobre a alimentação dos educandos.

Para a questão seguinte busca resposta sobre as orientações e diretrizes para o monitoramento que contempla a alimentação escolar, os acompanhantes da educação infantil foram os únicos que responderam sim.

Percebe-se que os acompanhantes da educação infantil tem uma interlocução a com a alimentação escolar. Orientam as unidades de educacionais e para a pratica pedagógica com as crianças, de acordo com as diretrizes estabelecidas para o atendimento da criança pequena.

Já no ensino fundamental o mesmo há uma ruptura em relação as orientações para a continuidade do atendimento nas outras modalidades.

5.3- Religiosidades, regionalismo, educação básica pública e Alimentação escolar.

A pesquisa também nos forneceu dados sobre a equipe no que diz respeito à diversidade religiosa, o uso da escola pública e da alimentação escolar na formação inicial e o regionalismo (Quadro 03).

Questionário	Modalidades	Religiosidade	Regionalismo	Estudou na rede publica.	Consumo da alimentação escolar
3	Ensino Fundamental	1-Católica 1-Evangélica 1- kardecista	2-sudeste 1- nordeste	1	N
3	Educação Infantil	2-Católica 1-Evangélica	sudeste 3	2	2
2	Escola Integrada	1-Católica 1- Evangélica	sudeste 2	1	1
1	Eja	1-Católica	sudeste 1	1	1
0	Floração	-----		-----	-----

1	Socioeducativo	N/T	sudeste 1	N	N
1	Inclusão	1-Espirita	sudeste 1	1	1

Quadro 03: religiosidade , regionalismo , educação. básica pública e alimentação escolar- 2014

A maioria dos profissionais se declarou católica ou evangélica. Houve alguns acompanhantes que se disseram kardecistas, espíritas ou não é adeptos a nenhuma religião.

A região dos participantes se concentrou no sudeste com exceção de uma pessoa que é do nordeste.

A formação na escola pública foi quase unânime. Apenas uma pessoa não passou pela escola pública.

Quanto à alimentação escolar, os acompanhantes do ensino fundamental e do socioeducativo não consumiam a alimentação oferecida na escola onde estudaram.

5.4- Avaliação

Iniciei este curso com expectativa de contribuir com a educação escolar ao propor um tema que fosse relevante e que estivessem ligadas as práticas escolares e,

sobretudo, que trouxesse oportunidades para produção de novos conhecimentos utilizando algo que estivesse interligado aos processos educativos e presente na escola. A alimentação escolar traz essa potencialidade.

Levar essa temática para o campo pedagógico e da equipe de acompanhamento e monitoramento escolar foi audacioso, mas por acreditar que a realização desse plano de ação conseguiríamos inserir este tema em todas as unidades educacionais da regional. O projeto foi bem aceito pela equipe pedagógica, mas também foi questionado. Essa já era uma reação esperada por se tratar de uma temática que não é discutida na formação acadêmica na área da educação, principalmente como pressupostos pedagógicos e curriculares.

O presente Plano de Ação foi um passo importante para uma longa caminhada que iniciamos. A proposta do trabalho foi positiva. No entanto, temos a consciência de que muito do que foi apresentado está ainda muito distante de provocar mudanças.

Apontamos possibilidades que ainda são incompreendidas, que enfrentam resistência, principalmente no que diz respeito a compor os processos sistemáticos, interdisciplinares e pedagógicos com o objetivo de criar estratégias que promovam uma reorganização curricular que considere a alimentação escolar.

Consideramos que é um ato de cidadania promover uma reparação em relação ao silenciamento do tratamento da temática no currículo escolar, bem como a valorização da diversidade dos gêneros alimentícios existentes em nosso país, principalmente os oriundos de uma diáspora alimentar.

Ao final do Plano de Ação compreendi a necessidade e a urgência de conhecer o que se consome no cotidiano escolar.

Perceber o quanto a alimentação escolar permanece na invisibilidade traz, reafirmando a responsabilidade com uma mudança de postura e de atitude que

possibilite a construção de uma educação transformadora tão necessária busca por uma sociedade realmente democrática.

A luta passa pela construção de um ambiente escolar mais justo onde o respeito às diferenças seja sempre uma realidade e onde todos recebam um tratamento igual e que tenham acesso igualmente as oportunidades.

Estou convicta que esse Plano de Ação, foi um grande passo para uma longa caminhada que iniciamos.

A proposta do trabalho a meu ver foi positivo. No entanto, temos a consciência de que muito do que foi apresentado está ainda muito distante quase inexistente no sentido de provocar mudanças.

Apontamos possibilidades que ainda são (in) compreendidas, que enfrentam resistência principalmente no que diz respeito a compor os processos sistemático interdisciplinar e pedagógico com o objetivo de criar estratégias que promovam uma reorganização curricular.

Dada à urgência de trabalhar de maneira coletiva as questões ligadas a alimentação escolar e a cultura alimentar mais especificamente do Continente Africano e a Africanidades brasileiras.

Consideramos que é um dever, um ato de cidadania promover uma reparação em relação ao silenciamento do tratamento da temática no currículo escolar e a valorização da diversidade dos gêneros alimentícios existentes em nosso país, oriundos de uma diáspora alimentar o que faz o nosso país ser o ter a maior diversidades de alimentos.

Ao final do Plano de Ação compreendi a necessidade e urgência de conhecer, o que se consome na nossa escola e no dia a dia. Perceber o quanto a alimentação

escolar permanece na invisibilidade .

Percebi a grande responsabilidade que temos para uma mudança de postura e de atitude para fazermos de fato uma educação transformadora, tendo em vista a busca por uma sociedade realmente democrática um ambiente escolar mais justo onde o respeito às diferenças seja sempre uma realidade, onde todos recebam um tratamento igual e que tenham acesso a todas as oportunidades.

CAPÍTULO-06: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei este curso com expectativa de contribuir com a educação escolar ao propor um tema que fosse relevante e que estivesse ligado as práticas escolares e sobretudo que trouxesse oportunidades para produção de novos conhecimentos utilizando algo que estivesse interligado aos processos educativos e presentes na escola e que ao meu ver tem tudo haver com a educação que é a alimentação escolar na expectativa de ressignificar os alimentos consumidos a partir da sua origem, conhecer o programa nacional e municipal da alimentação escolar, a estrutura organizacional da alimentação escolar nas instituições educacionais da rede pública municipal (depósito de gêneros alimentícios, dispensa fria, cardápios, linha de produção). Promover no espaço escolar uma aprendizagem pautada nas dimensões históricas sociais e antropológicas com redimensionamento das relações que são construídas em torno dos hábitos alimentares, conhecer as origens históricas e geográficas dos alimentos, os costumes de etnias, os efeitos da colonização, da escravização e suas contribuições para com os costumes e hábitos da alimentação brasileira e incentivar a produção de hortas e inserir neste contexto a história dos alimentos plantados realizar a colheita finalizar o processo de limpeza e higienização e o servir com os alunos acompanhados pelos técnicos responsáveis. Ao levar essa temática para o campo pedagógico e da equipe de acompanhamento e monitoramento escolar foi audacioso mas acreditando que ao realizar o plano de ação junto a esta equipe teríamos um ganho de inserir este tema em todas as unidades educacionais da regional. A política educacional de Belo Horizonte está pautada no principio da equidade e qualidade de ensino a formação continuada é dos mecanismos da melhoria da qualidade da educação básica. Ao elevar a capacidade de atuação no campo da educação teremos profissionais mais eficientes e uma educação equivalente. Teoria e a prática educativa são indissociáveis e importante para o desenvolvimento todas as

atividades e ações nas relações de ensino e aprendizado. A educação e o aprendizado se dão em todos os lugares. O saber conteudista da sala de aula é importante, mas não é a única forma de aprendizado. Os profissionais envolvidos no processo educativo devem ser estimulados e a formação continuada pode ser um caminho interessante. O espaço escolar, assim como todos que fazem parte do sistema educativo, são peças fundamentais nesse processo, mas por outro lado quando se faz restrições em convênios de formação continuada deixando de fora profissionais que integram o quadro de educadores e professores que compõe o projeto da cidade educadora nos leva a questionar estes conceitos. Recortes de formação os profissionais que atuam com e na educação cria-se um lacuna e transforma a formação continuada em um processo excludente. Acreditamos que enquanto profissionais da educação tiverem que disputar vagas para formação ou serem considerados profissionais secundários e a educação manter critérios restritivos e seletivos evidencia que a educação continuará sendo processada por parâmetros segregadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação*. 2. ed. São Paulo, 1996.

ARROYO. M.G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. 2010. p.1381-1415.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_17.03.2015/CON1988.pdf (acesso em 08/04/2015)

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Alimentação. Brasília: MEC/FNDE, 2004. Disponível em www.fnde.gov.br/alimentacao_escolar Acesso em 26 Abril 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.22/01/2014

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Intelectual e Educador*. 2010. (Cynthia Greive Veiga – Org.).

DECRETO Nº 37.106, DE 31 DE Março DE 1955. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Rio de Janeiro, 31 de março de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

FIANDRIN, J. M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade. 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Sabres necessários a pratica educativa*/Paulo Freire-São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LDB: lei de diretrizes e bases da educação: lei 9.394/96 .

LÉVI-STRAUSS, C. *O cru e o cozido. Mitológicas*. Vol. 1. São Paulo: Cosac & Naify. 2004. p.142,143.

MOURA, M. R. L. e REYES, F. G. R. Interação fármaco-nutriente: uma revisão. *Revista de Nutrição*, v. 15, n. 2, p. 223-238. 2002.

PERRENOUD, P. *Escola e cidadania*. 2005.

RECINE, Elisabetta & RADAELLI, Patrícia. *Alimentação e Cultura*. Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde (BVS). Disponível em: saude.gov.br/bvs/alimentacao_cultura.pdf- acesso em 22/01/2014

SANTOS, L. A. da SILVA. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, v.18, n.5, p. 681-692. 2005.

ANEXOS

Anexo 01- Questionário

QUESTIONÁRIO
ROTEIRO PRELIMINAR DE COLETA DE DADOS
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO.

Consolidando sua Identidade Alimentar

I – Identificação

1- Sexo

a- Feminino

b- Masculino

2- Cor ou Raça

Amarela

Preta

Indígena

Branca

3- Religião ou Culto

Católica

- Evangélica/ Protestante
- Espírita / Kardecista
- Candomblé/ Umbanda
- Judaica
- Islâmica
- Não tem religião

4 - Em qual região do Brasil você Nasceu?

- Centro- Oeste
- Nordeste
- Norte
- Sul
- Sudeste

Outro. Qual?-----

5- Escolaridade atual:

- Ensino Superior – Licenciatura
- Pós- Graduação / Especialização
- Doutorado
- Ensino Superior - Bacharelado
- Ensino Superior – Licenciatura plena
- Mestrado

Outra. Qual? -----

6- Em qual rede de ensino você concluiu a sua Educação Básica.

Escola Pública Municipal

Escola Pública Estadual

Escola Privada

Outros. Qual?-----

7- Na escola que você concluiu a sua Educação básica tinha o programa de alimentação escolar?

Sim Não

8- Você tinha o hábito de ingerir a merenda produzida na sua escola?

Sim Não

Porque?-----

9- Qual o nome da preparação que você mais gostava? Porque?

10- Qual o nome da preparação que você menos gostava? Porque?

11- Qual o nome da preparação que você nunca experimentou? Porque?

12-N sua infância e adolescência quais eram as preferências alimentar?

13- Na sua fase adulta qual ou quais os alimentos que você não ingesta e não oferece ao filho? Porque?

14- Você já fez algum curso sobre o programa de alimentação escolar? () Sim () Não

15 vocal conhece o programa de alimentação da Rede Municipal de Belo Horizonte? () Sim () Não

16- você conhece a linha de produção e estocagem da escola que acompanha / Monitora? () Sim () Não

17- Na sua formação acadêmica você teve alguma disciplina sobre cultura alimentar? Se sim descreva a sua experiencia.() Sim () Não

18- Na função de monitoramento há diretrizes que contempla a alimentação escolar?() Sim () Não

19- Há quanto tempo você está no Acompanhamento / Monitoramento Escolar?

() Menos de 05 anos () de 06 a 10anos () 11 a 15 anos () de16 a 20 anos () 20 a 25anos () mais de 26 anos.

20- Você tem restrições alimentares? Se sim, porque? () Sim () Não

21-O seu Acompanhamento/ Monitoramento é para qual modalidade?

a- () Educação Infantil

b- () Ensino Fundamental

c- () Educação de Jovens e Adultos

e- () Escola Integrada

f- () Floração

g- ()Socioeducativo

22-Você é orientada e orienta as unidades que acompanha para prática pedagógica, utilizando a alimentação escolar? Se sim, discorra as orientações e as diretrizes, () Sim () Não.

Anexo 02- Lei 10.639 de 2003

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da

sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

Anexo 03- Lei 11.645 de 2008

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad